

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, na sala 300-B do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às dezessete horas e dezoito minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) reuniu-se em sessão extraordinária com a presença dos seguintes membros: Leonardo Rodrigo Ferreira, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e vice-presidente do CGFNSP; Rogério Guimarães, representante titular do Ministério da Justiça (MJ); Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Eduardo Franca Neves Bassani, representante suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ausentes justificadamente os representantes da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos/PR. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O vice-presidente, após os cumprimentos de praxe, informou o assunto da Pauta, a saber: 1) Apresentação de informações adicionais sobre o pedido de autorização para o pagamento de despesas no âmbito do Contrato nº 45/2013, celebrado entre a SENASP e o Serviço Federal de Processamento de Dados, conforme deliberado pelo colegiado na última reunião.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o vice-presidente informou que a reunião extraordinária foi convocada em razão de dúvidas suscitadas na última reunião durante a exposição que apresentou as despesas relacionadas ao contrato do SINESP. Ele ressaltou que grande parte dos questionamentos foi feito pelo representante da Casa Civil/PR, o conselheiro Pedro Pontual, contudo, em virtude de compromissos inesperados, o citado conselheiro não pôde comparecer à reunião e enviou para representá-lo a Dra. Adriana Segabinazzi de Freitas do Amaral Carvalho. Em seguida, ele passou a palavra para o Dr. Rogério Carneiro, Diretor do Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID), para a introdução do tema. Este Diretor explicou que a servidora Luana Manuella de Sales Mendes apresentaria o detalhamento do cronograma-físico-financeiro do SINESP para o exercício de 2015, todavia ele gostaria de destacar que o SINESP por ser um programa muito grande e complexo envolve diversos tipos de serviços, sendo que alguns são fixos, pagos mensalmente, e outros são realizados sob demanda, os quais podem ser flexibilizados por razões diversas. Na sequência, ele exemplificou rapidamente tipos serviços tanto fixos, como sob demanda. Neste contexto, a Dra. Andrea Segabinazzi indagou se, na categoria de ouvinte, teria a prerrogativa de fazer perguntas e, com a aquiescência do vice-presidente, ela apresentou diversos questionamentos relacionados ao contrato, como: a escolha do SERPRO; a modalidade de licitação; a fase do contrato; se o contrato já passou por alguma auditoria, dentre outros aspectos. Todos estes questionamentos foram respondidos pela equipe técnica do SINESP. Cabe registrar que o vice-presidente destacou que está prevista uma auditoria do contrato pela Controladoria-Geral da União no segundo semestre deste ano. Dando prosseguimento, o Dr. Rogério Carneiro explicou que no contrato estão previstos dez tipos de serviços, sendo que, dependendo da solução, alguns desses serviços têm uma utilização maior ou menor. Ele explicou que o serviço de *certificação digital*, por exemplo, ainda não foi utilizado uma vez que os serviços que foram para a produção, ainda não exigem certificação digital para entrar no sistema. Ele informou que atualmente o serviço mais utilizado é o ambiente de produção, cujo valor é fixo e mensal. Este serviço é o mais importante do sistema porque é onde estão abrigadas todas as soluções construídas que são disponibilizadas para os usuários. Ele ressaltou que o *processo produtivo*, hoje, engloba quase 50% do valor do contrato uma vez que é a parte que dá sustentação para as demais ferramentas. Por fim, ele informou que este serviço será redimensionado no próximo contrato, tendo em vista que o tamanho máximo inicialmente previsto ficou pequeno em razão da evolução do programa. Na sequência, a palavra foi passada para a servidora Luana que detalhou os serviços contratados, a saber: 1) Desenvolvimento de Sistemas: Hora análise, Ponto de Função Java e DW; 2) Central de Atendimento 1º nível: Atendimento via 0800 exclusivo, formulários WEB e e-mail em formato 24 horas por 7 dias; 3) Atendimento Especializado: Atendimento especializado no negócio, aplicações e serviços do Sinesp em conjunto com as áreas envolvidas (desenvolvimento, operações e negócios). Resolução dos acionamentos encaminhados para resolução no 2º nível; 4) Suporte Técnico: Suporte técnico

remoto ou presencial para executar atividades vinculadas ao suporte tecnológico dos ambientes operacionais de integração das soluções estaduais com o Sinesp; 4) Treinamentos: Capacitação de disseminadores e usuários em conceitos, processos e no uso da solução Sinesp através de: treinamentos presenciais, vídeo conferência, disponibilização de simuladores da solução para auto estudo e ensino à distância; 6) Consultoria em TI: Consultoria em TIC; 7) Processo Produtivo: Disponibilização de ambiente de produção e administração da Solução Sinesp; 8) Processo de Homologação e Treinamento: Disponibilização de ambiente para homologação e treinamento da Solução Sinesp; 9) Contingência do Processo Produtivo: Replicação das aplicações e dados de produção em Centro de Dados diferente do local de produção; e 10) Certificação Digital: Fornecimento de certificados digitais para usuários indicados pelo MJ. Em seguida, a servidora apresentou o cronograma reformulado do contrato, o qual continha os serviços anteriormente destacados, bem como a previsão de gastos de janeiro/2015 a dezembro/2015, totalizando R\$ 52.920.745,00. Cabe esclarecer que os serviços *certificados digitais, suporte, treinamentos e contingências* apareceram totalmente zerados no cronograma exposto. A servidora explicou que em função do contingenciamento estes serviços não serão executados. O Dr. Rogério Carneiro explicou que no cronograma está registrada a previsão dos serviços no presente exercício, mas estes serviços ainda estão sujeitos a ajustes. Neste contexto, ele esclareceu que cada serviço gerava diversos produtos e mencionou uma grande lista destes produtos, com suas respectivas funcionalidades, tais como: *SINESP Cidadão, Boletim de Serviço Eletrônico, SINESP Seguro, InfoGGI*, dentre outros. Ele esclareceu que o SINESP era um portfólio de produtos, e os estados aderem àqueles serviços que lhes interessam, por isso, não era fácil fazer a mensuração destes serviços porque não se sabe, de antemão, quais são os serviços que cada estado irá aderir. E, para exemplificar, ele novamente mencionou vários produtos do SINESP, desta vez destacando o número de adesões por produto. Em alguns havia a adesão de oito estados, em outros de todas as UF's, e assim por diante. Dito isso, ele ressaltou que uma única adesão pode provocar grandes reflexos no sistema, já que isso pode resultar, por exemplo, no atendimento de trinta ou cinquenta mil unidades policiais, que, por conseguinte, pode redundar em quase duzentos mil novos usuários com acesso on-line simultâneo superior a trinta mil usuários. O Dr. Rogério Carneiro destacou que tais desdobramentos trazem impactos diretos no serviço aderido, e isso ocorre com frequência porque o SINESP oferta uma gama muito grande de serviços voltados para a segurança pública. Neste momento, abriu-se uma rodada de discussão onde todos os conselheiros apresentaram dúvidas e questionamentos sobre os vários produtos e situações mencionadas. Neste interim, o conselheiro Eduardo Franca Neves Bassani indagou qual o valor total do contrato, a servidora Luana informou que o valor era por volta de R\$ 290 milhões. Dito isso, foi perguntado qual o valor total executado até o momento, a servidora informou que não tinha esta informação, mas acreditava que este valor estava entorno de R\$ 40 ou 50 milhões, sem a inclusão do valor ora pleiteado. O último ponto exposto pela servidora foi o detalhamento dos volumes e valores dos serviços prestados. Este tema provocou um debate sobre as características/necessidades do novo contrato que se encontra em fase de negociação. O Dr. Rogério Carneiro explicou que, diferentemente do que normalmente acontece em outros contratos do SERPRO, nos quais o cliente é o órgão demandante, no caso da SENASP, ela não é o cliente final do SERPRO, mas sim os estados. Ele ponderou que, apesar das dificuldades, a situação atual era um pouco mais confortante porque a SENASP agora tem a experiência do primeiro contrato, todavia, ainda assim, existe a possibilidade deste novo contrato sofrer novas revisões já no segundo ano, para mais ou menos, em razão imprevisibilidade dos cenários em cada estado. Após estas manifestações, a Dra. Adriana Segabinazzi declarou que se preocupava com o fato de um novo contrato estar sendo elaborado sem que o primeiro tenha sido devidamente auditado, principalmente porque havia uma discrepância grande entre o valor contratado e o valor efetivamente executado. O vice-presidente novamente destacou que esta auditoria seria feita no segundo semestre. A Dra. Adriana Segabinazzi alertou que a conclusão desta auditoria pode não ocorrer antes da finalização do novo contrato, motivo pelo qual ela sugeriu que os órgãos de controle fossem procurados no sentido de ajudar na correção de vícios ou falhas identificadas no primeiro contrato, evitando-se assim as mesmas repetições no novo contrato. Finalizada esta colocação, o conselheiro Myron Moraes Pires ponderou que o SINESP, assim como outros programas executados pela SENASP, no decorrer do tempo, deixam de exigir aporte de recursos do Fundo,

neste viés ele indagou se já estavam sendo feitos estudos no sentido de tornar o SINESP independente do Fundo, uma vez que o FNSP serve para apoiar ações estruturantes e não de manutenção como ocorrerá com o SINESP nos próximos anos. O vice-presidente destacou que, em certo momento, o sistema alcançará o estado de maturidade e deixará de ser estruturante passando para o estágio de manutenção e, no momento em que isso ocorrer, este tipo de gasto deverá ser alocado em outra conta. Sendo assim, à época, quando da elaboração da PLOA's e PPA, tais gastos serão previstos em outra ação orçamentária. Ele destacou que, em sua opinião, esta discussão será ainda um pouco demorada, visto que o SINESP é um cardápio forte na indução de políticas públicas estruturantes nos estados, por isso ele julgava um pouco ainda insipiente esta discussão. Por outro lado, ele entendia que a colocação feita pelo conselheiro era bastante pertinente, motivo pelo qual ele solicitou que este ponto fosse consignado em ata, uma vez que este tema seguramente terá que ser refletido pela SENASP nos próximos anos. Por fim, o vice-presidente fez considerações finais sobre a exposição feita e agradeceu a participação do colegiado.

Nada mais havendo para tratar, o vice-presidente encerrou a reunião às dezoito horas e vinte cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

Leonardo Rodrigo Ferreira
Vice-Presidente do CGFNSP

Rogério Guimarães
Ministério da Justiça

Eduardo Franca Neves Bassani
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Não representada
Casa Civil da Presidência da
República

Myron Moraes Pires
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
da República

